

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UMA PESQUISA SOBRE AS SALAS DE RECURSOS DE PARNAÍBA.

Hielly Sales Dias

Graduanda em Licenciatura Plena em Letras Português
Universidade Estadual do Piauí – hiellysales@hotmail.com

Gilmara Meneses de Aguiar Araújo

Graduada em Pedagogia
Faculdade Entre Rios do Piauí – gilmara.maju@hotmail.com

Susane Moura

Graduada em Pedagogia
Faculdade Entre Rios do Piauí – susenemoura@hotmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo verificar como se dá o Atendimento Educacional Especializado no processo de inclusão dos educandos com deficiência. Este tema surgiu da curiosidade em conhecer o trabalho realizado pelas professoras na sala de recurso multifuncionais devido à grande importância deste atendimento para o sucesso da inclusão dos educandos com deficiência na sala regular de ensino e na sociedade em que estão inseridas. Para que este trabalho fosse executado usou-se alguns métodos que auxiliaram na obtenção dos resultados, como uma pesquisa bibliográfica que teve como base as leis que regem a educação inclusiva e educação especial. Também a observação, a entrevista e o questionário foram de grande valia no confronto entre o que diz a lei e a realidade vivida pelos educadores.

Palavras-Chave: Educação. Educandos com deficiência. Sala de recursos.

1 INTRODUÇÃO

No decorrer da história, as pessoas com deficiência sofreram diversos tipos de discriminação. Foram tidas como amaldiçoadas, foram excluídas da sociedade. Muitas abandonadas e outras tantas mortas ao nascer, pois nasciam com algum tipo de deficiência. Diante destes fatos a própria sociedade que as desprezava ao longo do tempo foi revendo seus conceitos e aos poucos começaram a analisar o preconceito e a apoiar-las.

Com estes movimentos de apoio a essas pessoas, foram sendo criadas leis que as amparavam. Passou-se a vê-las de uma outra forma como pessoas que pensam e que de alguma forma contribuem para a sociedade em que estão inseridas. No Brasil um grande avanço foi a lei de Diretrizes e Bases da Educação N°. 9394/96 que ofereceu a modalidade de Educação Especial destinada a Educandos com deficiência, adotando assim a educação inclusiva. A Política Nacional de Educação Especial instituiu o Atendimento Educacional Especializado, o AEE que deve ser integrado ao projeto pedagógico da escola, devendo ofertar um espaço específico para o seu funcionamento. Esse espaço é chamados de Salas de Recurso Multifuncionais (SRM). A SRM tem

como objetivo complementar a educação regular, ajudando nas habilidades ou dificuldades e autonomia do educandos com deficiência. Dessa forma os mesmos que estão incluídos na sala regular de ensino e que frequentam o AEE são atendidos com métodos específicos para a sua necessidade, respeitando assim a individualidade e as especificidades no processo de aprendizagem. A forma de ajudar estes alunos começa a partir de um diagnóstico inicial feito pelo professor e esse atendimento ocorre em horário contrário ao das aulas da sala regular.

A partir deste contexto surge a seguinte pergunta: Qual a importância do AEE na inclusão do educando com deficiência na faixa etária de 6 a 8 anos onde se dá a alfabetização e como o profissional da sala de recurso multifuncional pode contribuir para essa inclusão?

O propósito desse artigo é fazer uma reflexão sobre o processo de inclusão a partir do Atendimento Educacional Especializado (AEE), os desafios enfrentados pelos profissionais que desempenham esse trabalho. O intuito não é uma crítica direta aos profissionais do AEE e nem dos que fazem a educação inclusiva, mas rever as políticas públicas destinadas a desenvolver a inclusão pensando integralmente a pessoa com deficiência de forma precoce nos primeiros anos de escolarização.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HISTÓRIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Na História Antiga e Medieval as pessoas com deficiência sofriam dois tipos de tratamento, ou eram rejeitados ou eram sacrificadas. Na Roma Antiga, toda sociedade, tanto os nobres como plebeus tinham permissão de eliminar os filhos que nascessem com algum tipo de deficiência. Em Esparta as crianças recém nascidas ou pessoas que adquirissem algum tipo de deficiência eram jogadas em precipícios ou lançadas ao mar, quando não tinham a proteção assistencialista e piedosa. Em Atenas, influenciada por Aristóteles que definiu a premissa jurídica e até hoje aceita “que tratar os desiguais de maneira igual constitui-se em justiça”, os deficientes eram amparados e protegidos pela sociedade, diferente do que fazia Esparta e a Roma Antiga. Como afirma Silva (1987):

“Anomalias físicas e mentais, deformações congênitas, amputações traumáticas, doenças graves e de consequências incapacitantes sejam elas de maneira transitória ou permanente são tão antigas quanto a própria humanidade” (SILVA, 1987 p. 21).

Esta afirmação traz reflexão como essas pessoas com limitações conseguiram sobreviver de alguma forma sendo marginalizada ao longo da história, sendo ignorados pela a sociedade e cultura dos povos onde viviam, tratadas com frieza e preconceito por quem deveria acolhê-las.

Com a chegada do Cristianismo deu-se um significado diferente e ocorreu uma mudança em vários aspectos na forma de tratar as pessoas com deficiência na sociedade. Mesmo não tendo sido de forma simples e igual para todos que necessitavam de acompanhamento por terem alguma doença, deficiência ou mutilações. Houve uma mudança nos primeiros séculos da era cristã com relação ao olhar para os pobres, humildes e pessoas com deficiência. Hospitais e centros de atendimentos foram crescendo com a ajuda de bispos e freiras.

No século XX os avanços, na assistência e no tratamento para as pessoas com deficiência teve um salto grande não só para os deficientes como para as pessoas desfavorecidas de um modo geral. Por cauda das guerras aumentou o número de pessoas com deficiências, amputações, cegueiras, deficiências mentais. Os Países Europeus e os EUA, criaram programas e centros de tratamentos para dar assistência as vítimas da guerra. Depois da segunda guerra mundial o número de sequelas aumentou consideradamente e o tema ganhou mais importância em destaque político internacionalmente na Organização das Nações Unidas (ONU). As pessoas com deficiência passaram a ser alvo de debates da sociedade e ações políticas, ainda que em ritmos diferentes para cada país.

No Brasil não era diferente do que ocorria nos outros países. As pessoas com deficiência eram discriminadas e viviam sempre à margem da sociedade, diante disto identifica-se fatos importantes, de como eram excluídos ou rejeitados os índios que nasciam ou adquiriam alguma deficiência nas tribos, que eram sacrificados como também a crueldade e brutalidade que causaram deficiências nos escravos, com castigos físicos que seus senhores os submetiam deixando-os inválidos, excluídos e rejeitados.

Já no decorrer do século XX com a medicina em desenvolvimento, os deficientes foram vistos com outro olhar, com mais atenção e cuidados. Vários hospitais e escolas foram inauguradas. Um destes foi o Hospital das Clínicas de São Paulo na década de 40, que realizou estudos e pesquisas no campo da reabilitação. Desse momento até os dias de hoje fica notório a relação entre doença e deficiência.

Assim como nos outros países no Brasil a deficiência passou a ser tratada em ambientes hospitalares e assistenciais, os médicos se tornaram especialistas na área e passaram a influenciar

diretamente na educação das pessoas com deficiência, atuando de modo direto como diretores e até mesmo professores das primeiras instituições brasileiras voltadas para as pessoas com deficiência.

2.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva trouxe questionamentos a serem debatidas, criando situações e nos fazendo pensar e perceber que nas salas de aulas sempre haja alunos excluídos mesmo sem deficiências. Procurar soluções para que todos tenham a mesma oportunidade de aprendizado sendo atendidos nas suas individualidades, assim teríamos uma escola de qualidade para todos incluindo os alunos com necessidades especiais.

“[...] uma sociedade inclusiva vai bem além de garantir espaços adequados para todos. Ela fortalece as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construir vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias. (SASSAKI, 1997, p. 164)

Para o autor uma escola inclusiva auxilia na inclusão, permitindo que essas crianças tenham uma qualidade na educação, assim superando a discriminação e promovendo a inclusão de uma forma abrangente, levando o aluno a ser valorizado por parte da sociedade que ele está inserido permitindo o acesso e a permanência do mesmo.

O projeto de Educação Inclusiva não deve ser analisada de forma simples e de modo passageiro, pois o pensamento sobre a temperatura, vem estabelecer diante da carência e redefinir a educação, sendo necessário uma análise de conceito da ideia que temos do indivíduo que tenha alguma deficiência, altas habilidades ou superdotadas. Particularidades estas que não afirmam ou definam a pessoa mesmo sendo constantes, necessitamos que seja vista além da deficiência, conhecendo o indivíduo e tratando-o como ele merece.

2.3 SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAIS

As pessoas que tem necessidades educacionais especiais são assegurados pela Constituição Federal do Brasil do ano de 1988, o direito a educação, sendo esta realizada em escolas comuns, e também a uma complementação ou suplementação que é realizado pelo o AEE numa sala de Recursos Multifuncionais de preferência que esta sala esteja instalada na escola onde essas pessoas estejam matriculadas, ou uma escola próxima para melhor acessibilidade. Este direito está assegurado na LDBEN – Lei nº 9394/96.

O Ministério da Educação vive a necessidade de apoiar as escolas públicas na organização, ofertando o AEE que ajuda no fortalecimento do processo de inclusão educacional, instituiu o programa de implantação das Salas de Recurso Multifuncionais, por meio da portaria Nº 13, de 24 de abril de 2007.

Com este espaço físico montado e adequado a necessidade do aluno, facilitando o aprendizado dos mesmos. O local é organizado para oferecer suporte necessário as necessidades educacionais especiais, dando apoio ao ensino regular, ampliando as habilidades das pessoas com deficiência. A sala de Recurso Multifuncional não pode ser confundida com um reforço escolar ou apenas repetir as atividades na classe, deve apresentar medidas ou procedimentos específicos para mediar o processo de aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais.

Os alunos que são atendidos na sala de Recursos Multifuncionais são os que apresentam algum tipo de necessidade educacional Especial, sendo ela temporária ou permanente. São alunos com alguma dificuldade de forma ampla de aprendizagem ou algumas limitações que dificultam o desenvolvimento ou acompanhamento de atividades cotidianas, dificuldade na linguagem, alunos que apresentam altas habilidades, superdotação ou deficiência como: autismo, deficiência física, visual, auditiva, intelectual e outros. A sala de recursos, deve está montada com materiais didáticos e serviços que ajudem e contribuam, para ajudar ou ampliar as habilidades das pessoas com deficiência.

2.4 ANÁLISE DE DADOS

Com a observação, a entrevista e o questionário descobriu-se que há um contraste entre a teoria que a lei e a realidade que é vivida pelas professoras dentro do atendimento Educacional Especializado, nos quais a dificuldade vem desde o espaço, a adaptações feitas que não atendem à proposta do AEE, até o número de crianças atendidas que é grande fazendo-se necessário um outro profissional para atender à proposta do AEE, até o número de crianças atendidas que é grande fazendo-se necessário um outro profissional para atender a demanda, falta das tecnologias como internet que hoje se faz necessário é importante para as atividades e até mesmo pesquisas de novas metodologias e confecção de matérias didáticos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atendimento Educacional Especializado veio com o objetivo de complementar e suplementar o atendimento para as crianças com necessidades educacionais, o AEE disponibiliza

aos educadores novos métodos ferramentas pedagógicas para a participação efetiva dos alunos, melhorando o aprendizado dos alunos com deficiência na sala regular.

Portanto nas pesquisas feitas para a realização deste trabalho percebe-se que há uma grande dificuldade a serem vencidas pelas escolas para que este atendimento ocorra de maneira satisfatória e atenda os seus objetivos, quando você confronta a teoria e a prática, identifica-se problemas que atrapalham este atendimento ficando assim prejudicados os alunos que tem necessidades educacionais especiais e o trabalho dos educadores fica comprometidos, eles tem até boa vontade em aplicar os seus conhecimentos, conhecimentos esse adquiridos com recurso próprio pois a lei garante mais como já foi dito a prática na maioria das vezes não condiz com a teoria. A falta de espaços, recursos pedagógicos indispensáveis para a aplicação de meios didáticos não tem, deixando assim o processo de inclusão enfraquecido. Observa-se que as leis não são devidamente cumpridas e por causa disso os educandos com necessidades educacionais são os principais prejudicados.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Educação Inclusiva: v.1: a fundamentação filosófica/ coordenação geral SEESP/MEC; organização Maria Salete Fabio Aranha, Brasília: Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Marcos Político – Legais da Educação Especial. Marcos Político – Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/ Secretaria de Educação Especial – Brasília: Secretaria de Educação Especial.

DELPRETTO, Bárbara Martins de Lima: A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Pollom Zardo – Brasília: Ministério o Escolar: Alta habilidades; superdotação.

Bárbara Martins de Lima Delpretto, Francinete Alves Giffoni, Sinara Pollom Zardo –Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. V. 10 (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar)

DOMINGUES, Alma dos Anjos: A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira/ Alma dos Anjos Domingues... [et. Al] – Brasília: Ministério da Educação, secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

FILGUEIRA, Emílio. Caminhando em silêncio- uma introdução a trajetória das pessoas com deficiência na História do Brasil.,2008